

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE
MINAS GERAIS – MPMG**

**CONCURSO PÚBLICO
Nº 1/2022**



**Analista do Ministério Público –
Administração Pública**

Manhã

Tipo 1 - BRANCA

Organizadora:



**INSTITUTO
CONSULPLAN**

CONCURSO PÚBLICO – PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NOS CARGOS DE OFICIAL E ANALISTA DO QUADRO PERMANENTE DOS SERVIÇOS AUXILIARES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CARGO/ESPECIALIDADE: ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Democracia

O conceito de democracia como “poder do povo” surgiu na Grécia antiga, aproximadamente no século V a.C. O termo *demokratia* é composto dos vocábulos *demos*, “povo”, e *kratos*, “poder”. A democracia é, assim, um regime político que pressupõe a existência de um governo direto ou indireto da população mediante eleições regulares para os cargos administrativos do país, do estado ou do município.

No entanto, o exato significado de “poder do povo” depende do período histórico e da sociedade que se tem como referência, assim como de diferenças conceituais e ideológicas. Por exemplo, ao longo da história, o atributo de cidadão já foi exclusivo de proprietários de terras, de homens brancos, de homens letrados, de homens e mulheres adultos etc.

Em nossos dias, existem diferentes concepções de democracia presentes na sociedade. Há os que defendem a ideia de democracia como algo que diz respeito apenas à esfera política (votar e ser votado, por exemplo). Outras aplicam também a áreas da vida econômica (como participar na definição do orçamento público de certa localidade), social (decidir sobre leis que tratem da vida privada, como questões ligadas à sexualidade ou à reprodução, como ocorre em relação ao aborto), cultural (opinar sobre que aparatos de cultura, como teatros e cinemas, e de lazer, por exemplo, parques e praças, serão instalados, em que quantidade e onde).

Essas diferenças indicam que as concepções de democracia sofrem influência de diferentes matizes ideológicos. Nas sociedades em que a participação popular nas decisões governamentais é significativa, o alcance da ideia de democracia perpassa as diferentes esferas da vida social. Há ainda casos de nações que pretendem impor seu sistema de democracia a outros povos, como ocorre nas intervenções armadas estadunidenses em outros países.

Quais seriam, então, as características necessárias para um governo democrático? É bastante difundida, em nossa sociedade, a ideia de que todos os indivíduos devem ter direitos e deveres iguais, quaisquer que sejam sua classe social, seu gênero, sua etnia. Mas o que parece tão óbvio é, na verdade, um dilema das sociedades contemporâneas e uma luta de diversos segmentos, que buscam reconhecimento e aceitação, bem como o atendimento de seus interesses.

O conceito de povo como coletividade que compartilha direitos e deveres considerados essenciais surgiu no período histórico denominado Idade Contemporânea (que começa com a Revolução Francesa, no fim do século XVIII). A partir do momento em que os seres humanos passam a ser vistos como juridicamente iguais é que se pode pensar em democracia, em um governo de todos, “do povo, pelo povo e para o povo”.

A democracia, no entanto, não foi o sistema político predominante na história. Desde sua formação, em Atenas, até o século XIX, poucos governos adotaram e, nos últimos séculos, a ampliação da participação popular sempre ocorreu em resposta à luta dos diferentes grupos excluídos do processo de tomada de decisão política. Portanto, ela sempre foi uma conquista das sociedades, não uma concessão das classes dominantes.

(*Sociologia em movimento*. – 2ª ed. – São Paulo: Moderna, 2016. Vários autores.)

Questão 01

Em um dos trechos a seguir, pode-se observar a perspectiva do enunciador acerca do assunto referido; indique-o.

- A) “Em nossos dias, existem diferentes concepções de democracia presentes na sociedade.” (3º§)
- B) “O conceito de democracia como ‘poder do povo’ surgiu na Grécia antiga, aproximadamente no século V a.C.” (1º§)
- C) “Por exemplo, ao longo da história, o atributo de cidadão já foi exclusivo de proprietários de terras, de homens brancos, [...]” (2º§)
- D) “Mas o que parece tão óbvio é, na verdade, um dilema das sociedades contemporâneas e uma luta de diversos segmentos, [...]” (5º§)

Questão 02

A partir do efeito de sentido produzido pelas relações estabelecidas no interior da frase e, ainda, em relação ao período imediatamente anterior; pode-se afirmar que o segmento destacado a seguir: “A democracia é, assim, um regime político que pressupõe a existência de um governo direto ou indireto da população mediante eleições regulares para os cargos administrativos do país, do estado ou do município.” (1º§) apresenta:

- A) Determinado propósito em relação ao fato expresso no período anterior.
- B) Indicação da introdução de um exemplo do conceito explorado anteriormente.
- C) Concordância conclusiva que parte de um conceito inicial e remete à aplicação prática deste.
- D) Conclusão do que seria, de fato, o conceito democrático por meio da exploração de ideias distintas.

Questão 03

“Há os que defendem a ideia de democracia como algo que diz respeito apenas à esfera política (votar e ser votado, por exemplo).” (3º§) Em relação à estrutura anterior, pode-se afirmar que:

- A) Caso a expressão “diz respeito” fosse substituída por “faz referência”, o emprego da crase seria facultativo.
- B) O verbo “haver” pode ser reconhecido como verbo impessoal podendo ser substituído pelo verbo “ter”, no uso coloquial.
- C) O vocábulo “apenas” atua como modalizador discursivo cuja carga semântica remete à ideia de exclusão versus inclusão.
- D) A forma verbal “defendem” constitui, com o verbo “haver”, uma locução verbal cuja concordância é estabelecida com o pronome que promove a manutenção do referente.

CONCURSO PÚBLICO – PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NOS CARGOS DE OFICIAL E ANALISTA DO QUADRO PERMANENTE DOS SERVIÇOS AUXILIARES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Questão 04

Considerando o emprego dos mecanismos de coesão textual, observe as propostas de reescrita para o trecho em destaque e indique a sugestão em que a coesão foi mantida conforme observa-se no texto original.

“A democracia é, assim, um regime político que pressupõe a existência de um governo direto ou indireto da população [...]” (1º§)

- A) A democracia pressupondo a existência de um governo, seja direto ou indireto, da população [...]
- B) Assim, a democracia – regime político – pressupõe a existência de um governo direto ou indireto da população [...]
- C) Assim, a democracia como um regime político que pressupõe a existência de um governo direto ou indireto da população [...]
- D) A democracia é, assim, um regime político. Tal regime, pressupõe a existência, indiretamente, de um governo direto da população [...]

Questão 05

Em relação às ideias e informações apresentadas no texto, pode-se afirmar que:

- A) Tanto a economia quanto a política dependem de que a concepção de democracia esteja presente para que sejam estabelecidas em uma engrenagem social.
- B) Embora o conceito de democracia esteja diretamente relacionado à ideia de “poder do povo”, tal pressuposto mostra-se exclusivamente como uma ideia teórica.
- C) As várias concepções de democracia citadas no texto remetem ao período histórico da sociedade, sendo o fator temporalidade determinante e imprescindível para que haja tais distinções.
- D) O fato de o alcance da ideia de democracia estar relacionado a segmentos distintos constituintes da sociedade permite reconhecer a proporcionalidade quanto ao nível de envolvimento da população em questões específicas.

Questão 06

De acordo com o emprego no 4º§ do determinante “Essas” e sua função discursivo-textual, pode-se afirmar que tal vocábulo:

- A) Informa a relação com a pessoa do discurso.
- B) Estabelece uma relação de vínculo com as pessoas do discurso.
- C) Indica que o termo designado possui referente já introduzido no texto.
- D) Atribui relevância específica ao termo “diferenças” em relação ao enunciado.

Questão 07

A expressão empregada para introduzir o 2º§ do texto indica:

- A) Anulação das ideias expostas no parágrafo anterior.
- B) Relação de concessão mediante o conceito de democracia apresentado.
- C) Um nível maior de importância das informações e ideias expressas no 1º parágrafo sobre as do 2º parágrafo.
- D) Expressão de uma ressalva mediante o exposto anteriormente em relação à circunstância expressa no parágrafo.

Questão 08

Pode-se inferir que o 5º§ é introduzido por um questionamento que:

- A) Apresenta uma resposta que denota a perspectiva do enunciador.
- B) Atua como recurso de expressão retórica, promovendo a reflexão sobre o assunto.
- C) Tem como objetivo a obtenção de uma resposta de acordo com as reflexões propostas.
- D) Reforça as críticas feitas anteriormente às questões políticas, econômicas e sociais relacionadas à democracia.

Questão 09

A expressão destacada a seguir em: “em um governo de todos, ‘do povo, pelo povo e para o povo’.” apresenta concepções diferentes de acordo com o efeito produzido pelos conectivos que antecedem o substantivo “povo”. Assinale, a seguir, a alternativa que apresenta o sentido correto para cada uma delas, sequencialmente conforme apresentam-se no enunciado.

- A) Origem; destinação; propósito.
- B) Condição; elemento partitivo; modo.
- C) Prerrogativa; indicação do agente; finalidade.
- D) Relação com o assunto; meio; em benefício de.

Questão 10

Considerando a aplicação da norma padrão da língua, assinale a afirmativa correta.

- A) Em substituição a “Outras a aplicam [...]” (3º§), estaria correta a proposta da seguinte redação: “Outras aplicam-lhe [...]”, sendo preservado o mesmo nível de formalidade do trecho original.
- B) Em “Há os que defendem a ideia de democracia [...]” (3º§), se em lugar da expressão “ideia de democracia” houvesse apenas “democracia”, o “a” antecedente, obrigatoriamente, seria craseado.
- C) Em “[...] questões ligadas à sexualidade ou à reprodução, como ocorre em relação ao aborto [...]” (3º§), pode-se assegurar que os três termos destacados apresentam equivalência morfológica.
- D) Em “Outras a aplicam também a áreas da vida econômica [...]” (3º§), os termos destacados são equivalentes quanto ao significado; assim o primeiro “a” poderia ser omitido conferindo maior objetividade ao segmento.

CONCURSO PÚBLICO – PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NOS CARGOS DE OFICIAL E ANALISTA DO QUADRO PERMANENTE DOS SERVIÇOS AUXILIARES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

NOÇÕES DE GESTÃO PÚBLICA E ÉTICA

Questão 11

“Existem diferenças intrínsecas entre empreendimentos públicos e empreendimentos privados. Essas diferenças devem ser de pleno conhecimento do servidor público, tanto na etapa de idealização quanto na implantação de escritórios de projeto, formação de equipes e execução de projetos. As esferas de governo federal, estadual e municipal são formadas por inúmeros órgãos, segmentos e pessoas (que não somente os agentes públicos); esses atores nem sempre compartilham os mesmos objetivos e, menos ainda, concordam na forma de gestão para alcançá-los.” São peculiaridades inerentes à administração pública que o servidor deve considerar quando da idealização e gestão de projetos, EXCETO:

- A) Existências de diferentes órgãos de controle nas diversas esferas de governo.
- B) Obediência a leis e normativos infralegais que regulam as contratações públicas.
- C) Obrigatoriedade de os recursos financeiros já terem sido devidamente recolhidos aos cofres públicos.
- D) Exigência de prestação de contas à sociedade em virtude do princípio da transparência e *accountability*.

Questão 12

Sobre gestão de projetos, analise as afirmativas a seguir.

- I. A forma de gerir os serviços públicos é diferente da adotada no setor privado em virtude de peculiaridades estruturais. Destaca-se que o setor privado é constituído por pessoas (físicas ou jurídicas) que envidam esforços na produção de bens e serviços, os quais trocam por valores monetários que permitem sua sobrevivência. Esse fato justifica os esforços na busca pela eficiência, tendo a lucratividade como objetivo a ser perseguido. No setor público, o objetivo não é o lucro, mas, sim, primordialmente, atender às necessidades da sociedade que, via de regra, é patrocinadora dos meios, via tributos a ela aplicados.
- II. Para um gerenciamento de projetos ser minimamente viável, no planejamento devem ser definidos, de maneira clara e detalhada, o objetivo que se pretende atingir, que entregas serão feitas e em qual prazo, quais atividades a cumprir, quais recursos serão empregados e de onde eles virão.
- III. Um projeto deve ter um líder, denominado “gerente do projeto”. Ele deve ser, obrigatoriamente, um gerente funcional da estrutura burocrática, o que fatalmente se constituirá em considerável desafio e limitações decorrentes das características próprias da gestão de projetos, essencialmente flexíveis e dinâmicas, em contraste com processos altamente normatizados e hierarquizados da administração pública.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) II, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) I e III, apenas.

Questão 13

Leia atentamente o excerto a seguir.

“Atualmente existem inúmeros projetos em andamento no Brasil, decorrentes do que se denomina programas de governo. Os programas, em tese, são selecionados a partir das necessidades da sociedade e contemplados nos Planos Plurianuais dos entes federativos, cujos órgãos executores tratam de elaborar os projetos preliminares, algumas vezes carentes de especificações e conhecimentos técnicos mais profundos. São essas carências na elaboração dos projetos que, após as licitações, ensejarão ajustes nos cronogramas físico-financeiros, gerando atrasos por falta de especificações técnicas, falta de materiais e equipamentos, falta de licenças legais e ambientais, extrapolação orçamentária e, ainda, falhas decorrentes da descentralização de recursos orçamentários entre União, Estados e Municípios, não devidamente consultados ou informados dos projetos, dentre outras causas possíveis.”

São considerados fatores que podem impactar positivamente a gestão de projetos na administração pública:

- A) Falha na averiguação de registro de propriedade de imóveis públicos antes do processo licitatório.
- B) Existência de metodologia para elaboração e gestão de projetos integrados com ações de engenharia, ações sociais e ações ambientais.
- C) Inexistência de recursos por parte de um ou mais entes federativos para contratação e elaboração de planos e projetos integrados.
- D) Existência de normas de regularidade fiscal que impedem o repasse de recursos a alguns municípios carentes, em débito com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Questão 14

Considerando que o PDCA (*Plan-Do-Check-Act*) é um método iterativo de gestão utilizado para o controle e a melhoria contínua de processos e produtos, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) As atividades de gestão de processos buscam, também, o estabelecimento de objetivos e metas, se tornando desnecessário o uso de indicadores.
- B) Aspecto importante da abordagem de processo é a percepção da visão do cliente. O cliente (no caso da administração pública, o cidadão) não enxerga uma atividade do processo, mas enxerga o produto ou serviço gerado pelo processo, que é o que atende efetivamente sua necessidade.
- C) Uma boa gestão de processos afeta positivamente todos os setores de uma organização, uma vez que busca a contínua melhoria das atividades, o atendimento efetivo das expectativas e necessidades dos clientes, facilita a administração do trabalho por parte dos gestores e possibilita a gestão do conhecimento.
- D) Para uma organização ser eficaz e eficiente, ela tem que identificar e gerenciar inúmeras atividades interligadas. Uma atividade que usa recursos e que é gerenciada de forma a possibilitar transformação de entradas em saídas é considerada um processo. Regra geral, a saída de um processo é a entrada para o processo seguinte.

CONCURSO PÚBLICO – PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NOS CARGOS DE OFICIAL E ANALISTA DO QUADRO PERMANENTE DOS SERVIÇOS AUXILIARES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Questão 15

O Guia do Conhecimento em Gerenciamento de Projetos – Guia PMBOK (2008) do *Project Management Institute* – PMI, assim define projeto: “é um esforço temporário empreendido para criar um produto, serviço ou resultado exclusivo. A sua natureza temporária indica um início e um término definidos. O término é alcançado quando os objetivos tiverem sido atingidos ou quando se concluir que eles não serão ou não poderão ser atingidos e o projeto for encerrado, ou quando não for mais necessário”. O PMBOK (2008) estabelece nove áreas de conhecimento em gerenciamento de projetos definidas em termos dos processos que compõem suas práticas, entradas, saídas, ferramentas e técnicas. Sobre as áreas de conhecimento em gerenciamento de projetos, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- A) Gerenciamento de escopo: processo de assegurar que o projeto inclui todo o trabalho necessário, e apenas o trabalho necessário para terminar o projeto com sucesso.
- B) Gerenciamento de comunicação: processos necessários para assegurar que as informações do projeto sejam geradas, coletadas, distribuídas, armazenadas, recuperadas e organizadas apropriadamente.
- C) Gerenciamento de riscos: processos de planejamento, identificação, análise, planos de contingência e monitoramento, visando aumentar a probabilidade dos eventos positivos e minimizar o impacto dos eventos negativos no projeto.
- D) Gerenciamento de recursos humanos: processos que integram os diversos elementos do gerenciamento de projetos, que são identificados, definidos, combinados, unificados e coordenados dentro dos grupos de processos de gerenciamento de projetos.

LEGISLAÇÃO ESTADUAL E INSTITUCIONAL

Questão 16

Gertrudes, Oficiala do Ministério Público, foi notificada acerca da apuração de irregularidades que teria cometido no exercício de suas funções. O inquérito administrativo narra que Gertrudes teria incorrido em duas proibições, a saber: (i) inobservância do dever de assiduidade e (ii) ter criticado certos atos da administração pública, em trabalho por ela assinado, sob o ponto de vista da organização do serviço e com caráter doutrinário. Considerando tal caso hipotético e de acordo com a Lei Estadual nº 869/1952, é correto afirmar que:

- A) Sendo imposta a penalidade de suspensão, esta prescreverá no prazo de cinco anos.
- B) A segunda proibição imputada a Gertrudes não encontra respaldo na referida lei estadual.
- C) Caso a penalidade a ser imposta a Gertrudes seja de demissão, esta poderá decorrer das conclusões a que chegar o inquérito administrativo, sendo dispensada a instauração de processo administrativo propriamente dito.
- D) O inquérito e o processo administrativo são procedimentos que correm de forma unilateral na administração pública, sendo permitido a Gertrudes se manifestar a partir da publicação da decisão do processo em que se impôs a penalidade.

Questão 17

De acordo com a Lei Estadual nº 869/1952, analise as afirmativas a seguir.

- I. Pedro, empossado em razão de concurso público, não satisfaz as condições de estágio probatório. Neste caso, a demissão de Pedro é medida que se impõe.
- II. Nilo reingressou no serviço público, com ressarcimento dos prejuízos decorrentes do afastamento, em razão de sentença judiciária passada em julgado. Nilo se enquadra na hipótese de reversão.
- III. Cristiano sofreu perda da capacidade funcional decorrente da modificação de seu estado físico, não justificando a aposentadoria. Cristiano, assim, deverá passar por reintegração.

Após análise dos itens, conclui-se que:

- A) Uma assertiva está incorreta.
- B) Duas assertivas estão incorretas.
- C) Todas as assertivas estão corretas.
- D) Todas as assertivas estão incorretas.

Questão 18

Analise as descrições de órgãos integrantes do Ministério Público de Minas Gerais a seguir.

- I. Será exercida por Procurador de Justiça ou Promotor de Justiça em atividade, com mais de cinco anos de carreira e escolhido livremente pelo Procurador-Geral de Justiça, cabendo-lhe, entre outras atribuições que lhe forem conferidas por ato normativo, a organização dos expedientes administrativos encaminhados à chefia da instituição.
- II. Entre outras atribuições previstas em regulamento, ao órgão incumbe realizar encontros locais e regionais e ciclos de estudo e pesquisa entre membros das Procuradorias e Promotorias de Justiça.
- III. Compete-lhe estimular a integração e o intercâmbio entre órgãos de execução que atuem na mesma área de atividade e que tenham atribuições comuns.

Considerando as assertivas, assinale a associação correta das definições apontadas, de acordo com a Lei Orgânica do Ministério Público.

- A) I. Conselho Superior do Ministério Público II. Central de Apoio Técnico III. Secretaria-Geral
- B) I. Corregedoria-Geral do Ministério Público II. Secretaria-Geral III. Centros de Apoio Operacional
- C) I. Secretaria-Geral II. Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional III. Centros de Apoio Operacional
- D) I. Gabinete do Procurador-Geral de Justiça II. Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional III. Central de Apoio Técnico

Questão 19

A respeito da organização do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG), consoante previsão do Título II de sua Lei Orgânica, é correto afirmar que:

- A) A Corregedoria-Geral do Ministério Público é órgão de execução do MPMG.
- B) O Colégio de Procuradores de Justiça é considerado órgão auxiliar do MPMG.
- C) Os Grupos Especiais de Atuação Funcional são órgãos de administração do MPMG.
- D) A Ouvidoria do Ministério Público é um órgão de administração superior do MPMG.

CONCURSO PÚBLICO – PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NOS CARGOS DE OFICIAL E ANALISTA DO QUADRO PERMANENTE DOS SERVIÇOS AUXILIARES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Questão 20

Tendo em vista as disposições encontradas na Lei Orgânica do Ministério Público, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () As contas do Ministério Público serão julgadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, nos termos da Constituição Estadual.
- () As decisões do Ministério Público fundadas em sua autonomia funcional, administrativa ou financeira, obedecidas as formalidades legais, têm eficácia plena e executoriedade imediata, ressalvada a competência constitucional dos Poderes Judiciário e Legislativo.
- () É de competência do Conselho Superior do Ministério Público representar ao Poder Legislativo para a destituição do Procurador-Geral de Justiça.
- () O Procurador-Geral de Justiça será nomeado pelo Governador dentre os membros do Ministério Público do Estado com no mínimo dez anos de serviço na carreira, indicados em lista tríplice, para mandato de dois anos, permitida uma recondução, observado o mesmo procedimento.

A sequência está correta em

- A) F, F, V, F.
- B) V, V, V, V.
- C) V, V, F, V.
- D) F, F, F, F.

NOÇÕES DE DIREITO

Questão 21

O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, sendo seus princípios institucionais a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional. Em relação à legitimidade do Ministério Público, é correto afirmar que:

- A) O Ministério Público tem legitimidade para a propositura de ação civil pública em defesa de direitos sociais relacionados ao FGTS.
- B) O Ministério Público de Contas tem legitimidade para impetrar mandado de segurança em face de acórdão do Tribunal de Contas perante o qual atua.
- C) O Ministério Público não tem legitimidade para propor ação civil pública com o objetivo de anular Termo de Acordo de Regime Especial firmado entre o Poder Público e contribuinte.
- D) Os Ministérios Públicos dos Estados e do Distrito Federal não têm legitimidade para propor recursos de decisões judiciais em trâmite no STF e no STJ, oriundos de processos de suas atribuições; sendo esta atuação privativa do Ministério Público Federal.

Questão 22

O Estado nomeou substituto para o exercício de função delegada de titular de serventia extrajudicial por motivo de vacância, sendo tal nomeação feita a título precário. Pretende o nomeado que a ele não se aplique o teto remuneratório previsto no Art. 37 XI da CF, a saber:

Art. 37... XI – a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos.

Fundamenta sua pretensão no princípio da isonomia, já que os titulares de tais serventias não estão limitados, em suas remunerações, ao teto constitucional; a pretensão do nomeado deve ser:

- A) Desacolhida, porque notários e registradores exercem atividade estatal; são titulares de cargo público efetivo, se sujeitando, portanto, ao regime jurídico dos servidores estatutários.
- B) Acolhida, sendo evidente que quem exerce a mesma função e tem as mesmas responsabilidades deve poder obter de seu trabalho a mesma remuneração, não sendo relevante a questão do ingresso na atividade através de concurso público.
- C) Acolhida, já que o fato de se encontrar vaga a serventia não desnatura o caráter privado dos serviços prestados na interinidade e que de maneira alguma essa circunstância torna o substituto um preposto do Estado, podendo usufruir de remuneração compatível com os ganhos na atividade.
- D) Desacolhida, já que, na hipótese, não se aplica o princípio da isonomia, dado não serem comparáveis as situações do notário concursado, o qual assume serventia extrajudicial após ter se submetido a certame público, assumindo os riscos de sua atividade e do substituto, que, na ausência do titular, responde de forma precária e temporária como interino, sem, contudo, ter se submetido a certame público.

CONCURSO PÚBLICO – PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NOS CARGOS DE OFICIAL E ANALISTA DO QUADRO PERMANENTE DOS SERVIÇOS AUXILIARES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Questão 23

Em um município do país, determinada Lei Orgânica estabeleceu vedação, em todas as instituições municipais de ensino, de adoção e divulgação dos termos “gênero” e/ou “orientação sexual”, em sala de aula, ou em atividades culturais dentro da escola. A lei em comento é:

- A) Illegal, malferindo a competência exclusiva da União para legislar sobre as diretrizes da educação nacional.
- B) Constitucional e Legal, uma vez que a educação é dever das famílias e do Estado e visa à proteção integral dos infantes.
- C) Constitucional, uma vez que o Município tem competência complementar em tema de educação, adaptando-a à realidade local.
- D) Inconstitucional, por ofender o princípio da isonomia, reduzindo o campo de ensino e aprendizado dos alunos da rede municipal.

Questão 24

Analise as afirmativas a seguir; marque V para as verdadeiras e F para as falsas.

- () A contratação de pessoal efetivo pela administração pública, sem a observância das normas referentes à indispensabilidade da prévia aprovação em concurso público, culmina na nulidade do ato de admissão.
- () A publicação na rede mundial de computadores do nome do servidor público com seu respectivo salário não encontra apoio quer na legislação infraconstitucional, quer na constitucional, ofendendo o direito de privacidade.
- () É possível, à administração pública, inclusive em estágio probatório, estabelecer critérios alternativos para o regular exercício dos deveres funcionais inerentes a cargos públicos em face de servidores que invocam escusa de consciência por motivos de crença religiosa.

A sequência está correta em

- A) V, V, F.
- B) F, V, V.
- C) V, F, V.
- D) F, F, F.

Questão 25

A intervenção dos poderes públicos na liberdade de exercício de atividade, ofício ou profissão deve sempre manter correspondência com o objetivo de proteger a coletividade contra possíveis riscos indesejados da própria prática profissional. Considerando o afirmado, assinale a afirmativa correta, que completa o sentido do enunciado.

- A) Inviável a limitação do exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais, conforme normativa constitucional de eficácia plena.
- B) A restrição ao exercício profissional, em qualquer circunstância, representa aplicação limitadora de direito fundamental, sendo incompatível com o arcabouço constitucional.
- C) As limitações ao livre exercício das profissões serão legítimas somente quando o inadequado exercício de determinada prática representar risco de dano aos participantes da atividade desenvolvida.

- D) As incompatibilidades impostas ao exercício da advocacia para servidores do Judiciário e do Ministério Público são consentâneas com o papel conformador atribuído ao legislador em matéria de liberdade de exercício profissional.

Questão 26

Maria, Viviane e Vitória, estudantes, travaram discussão durante uma aula de Direito Constitucional com relação à correta classificação das seguintes normas segundo a sua eficácia, de acordo com a doutrina majoritária:

- I. Ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante.
- II. É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.
- III. A lei regulará a organização e o funcionamento do Conselho de Defesa Nacional.

Maria respondeu que a classificação correta dos itens, sucessivamente, seria contida, plena e limitada. Viviane, por sua vez, disse que o correto seria plena, contida e limitada. Vitória, por fim, afirmou que a classificação certa é limitada, contida e plena. Tendo em vista as informações apresentadas, conclui-se que:

- A) As três estudantes estão equivocadas.
- B) Maria está correta em sua classificação.
- C) Vitória está correta em sua classificação.
- D) Viviane está correta em sua classificação.

Questão 27

A respeito da matéria afeta aos contratos administrativos, com base na Lei Federal nº 14.133/2021, analise as afirmativas a seguir.

- I. O instrumento de contrato nem sempre é obrigatório, havendo hipóteses em que a administração poderá substituí-lo por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.
- II. É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a administração, salvo o de pequenas compras ou o de prestação de serviços de pronto pagamento, assim entendidos aqueles de valor não superior a dez mil reais.
- III. O contratado terá direito à extinção do contrato, dentre outras hipóteses, no caso de atraso superior a dois meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos, ou de parcelas de pagamentos devidos pela administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) II e III, apenas.

CONCURSO PÚBLICO – PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NOS CARGOS DE OFICIAL E ANALISTA DO QUADRO PERMANENTE DOS SERVIÇOS AUXILIARES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Questão 28

Salete, analista do Ministério Público, foi encarregada de analisar a condução de determinado processo administrativo conforme a Lei Estadual nº 14.184/2002. Segundo os ditames de tal diploma legal, é correto afirmar que Salete deverá observar as seguintes regras, EXCETO:

- A) É vedada a recusa imotivada de requerimento ou documento, e é dever do servidor orientar o interessado para a correção de falha.
- B) Quando o interessado declarar que fato ou dado estão registrados em documento existente em repartição da própria administração, deve esta, de ofício, diligenciar para a obtenção do documento ou de sua cópia.
- C) Se um parecer obrigatório e vinculante deixar de ser emitido no prazo fixado, o processo terá prosseguimento e será decidido com sua dispensa, sem prejuízo da responsabilização de quem se omitiu no atendimento.
- D) Só será exigido reconhecimento de firma por imposição legal ou em caso de dúvida sobre a autenticidade do documento e a autenticação de cópia de documento pode ser feita por funcionário do órgão em que tramitar o processo.

Questão 29

No que tange aos atos e poderes administrativos, analise as afirmativas a seguir.

- I. Atos ablatórios ou ablativos são aqueles que restringem direitos do administrado, tal qual ocorre na cassação de uma licença.
- II. A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.
- III. O instrumento disponibilizado à administração pública para apurar infrações e aplicar penalidades aos servidores públicos traduz a essência de seu poder de polícia.

Assinale a alternativa correta.

- A) Uma assertiva está correta.
- B) Duas assertivas estão corretas.
- C) Três assertivas estão corretas.
- D) Todas as assertivas estão corretas.

Questão 30

Nos termos da Lei nº 12.846/2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, é correto afirmar que:

- A) Os dirigentes ou administradores da pessoa jurídica somente serão responsabilizados por atos ilícitos na medida da sua culpabilidade.
- B) É indelegável a competência para a instauração e o julgamento do processo administrativo de apuração de responsabilidade da pessoa jurídica.
- C) O processo administrativo para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica deve ser conduzido por comissão designada pela autoridade instauradora e composta por, no mínimo, 3 (três) servidores estáveis.

- D) A existência de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e a aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta no âmbito da pessoa jurídica afasta a aplicação de penalidade.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 31

O debate sobre a democracia, ao longo do século XIX, se desenvolveu principalmente por meio do confronto entre liberalismo e socialismo. O ponto de partida para concepção liberal de Estado foi o discurso de *Benjamim Constant* sobre a liberdade dos antigos comparada com a dos modernos. Para ele, a liberdade dos modernos é a liberdade individual em sua relação com o Estado; aquela liberdade de que são manifestações concretas as liberdades civis e políticas; enquanto a liberdade dos antigos, que se tornou impraticável e danosa, é a liberdade como participação direta na formação de leis pelas assembleias. Nesse contexto, foi se afirmando por meio dos escritores liberais que a única forma de democracia compatível com o Estado liberal é a democracia representativa ou parlamentar, cujo dever de fazer leis não é atribuído a todo o povo e, sim, aos representantes eleitos por ele próprio. O processo de desenvolvimento da democracia nos regimes representativos se orienta nas seguintes direções; analise-as.

- I. Ampliação de forma gradual do direito de votar, atingindo todos os cidadãos, de ambos os sexos, a partir de um certo limite de idade.
- II. Proliferação dos órgãos representativos. Verifica-se, nesse processo de democratização desenvolvido nos Estados liberais, que a transformação foi mais qualitativa do que quantitativa.

Assinale a alternativa correta.

- A) Apenas a afirmativa I está correta.
- B) As afirmativas I e II estão corretas.
- C) As afirmativas I e II estão incorretas.
- D) Apenas a afirmativa I e II está correta.

Questão 32

A análise do cargo para um violonista a ser contratado deverá ter a tarefa principal: tocar violão. A função irá envolver fatores como escolher as músicas adequadas para tocar para o público-alvo, ensaiar, afinar o violão alguns minutos antes; enfim, fazer todas as tarefas que o cargo requer. Para um bom resultado, serão considerados aspectos intrínsecos e extrínsecos. São considerados aspectos extrínsecos, EXCETO:

- A) Requisitos mentais.
- B) Conteúdo do cargo.
- C) Condições de trabalho.
- D) Responsabilidades envolvidas.

CONCURSO PÚBLICO – PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NOS CARGOS DE OFICIAL E ANALISTA DO QUADRO PERMANENTE DOS SERVIÇOS AUXILIARES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Questão 33

Considerando que a análise das estratégias militares-diplomáticas e analogias similares em outros campos fornecem algumas informações essenciais para as dimensões básicas, natureza e projeto das estratégias formais, analise as afirmativas a seguir.

- I. Estratégias formais eficazes contêm três elementos essenciais: as metas (ou objetivos) mais importantes a serem atingidas; as políticas mais importantes que orientam ou limitam a ação; e, as principais sequências de ação (ou programas) que levarão ao cumprimento das metas definidas dentro dos limites estabelecidos.
- II. Estratégias eficazes se desenvolvem ao redor de alguns poucos conceitos e forças principais, que lhes dão coesão, equilíbrio e foco.
- III. A estratégia lida não apenas com o imprevisível, mas também com o desconhecido. Para as principais estratégias empresariais, nenhum analista pode prever as formas precisas por meio das quais todas as forças opositoras irão interagir umas com as outras; ser distorcidas pela natureza ou pelas emoções humanas; ou ser modificadas pela imaginação e reações intencionais de oponentes inteligentes.
- IV. Assim como as organizações militares têm escalões múltiplos de estratégias de grupo, teatro, aérea, batalha, infantaria e artilharia, outras organizações complexas deveriam ter diversas estratégias hierarquicamente relacionadas, que se apoiassem mutuamente.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) II, apenas.
- C) I e IV, apenas.
- D) II e III, apenas.

Questão 34

As iniciativas de recrutamento de uma organização podem receber grande ajuda por meio de indicações ou recomendações de candidatos em potencial feitas pelos funcionários atuais. Na verdade, as recomendações “boca a boca” são a forma pela qual mais cargos são preenchidos. Os atuais funcionários de uma empresa, por si só, podem ser a maior fonte de futuros funcionários, graças a um programa de indicação de candidatos bem concebido e provido como, EXCETO:

- A) A receptividade é o caminho, porque deixar de reconhecer as indicações faz com que os funcionários sintam como se seus esforços desaparecessem em um buraco negro, o que é desmotivador.
- B) Oferecer incentivos para indicações de sucesso como, por exemplo: ajuda financeira para a saúde; despesas pagas em viagens de fim de semana; doações para caridade à instituição favorita do funcionário que forneceu a indicação ou seguro grátis.
- C) Criação de dois níveis de incentivos financeiros para as indicações: maiores recompensas para os candidatos que atendam às exigências da empresa, mas não foram selecionados; e, recompensas menores para as contratações bem-sucedidas.

- D) Fazer do *Enterprise Resource Planning* (Sistema de Gestão da Informação – ERP) uma parte da cultura da empresa. As empresas costumam precisar mais de certos tipos de habilidades do que de outros e, com frequência, elas têm um perfil geral sobre experiência anterior; educação; valores; e, ética em mente para seus candidatos.

Questão 35

A seleção é o processo de escolha de indivíduos que tenham qualificações relevantes para preencher uma vaga existente ou futura. Para isso, pode ser utilizado um centro de avaliação, que é um processo por meio do qual os indivíduos são avaliados enquanto participam de uma série de situações que lembram aquelas que poderiam enfrentar no trabalho. Relacione adequadamente os tipos de atividades realizadas no centro de avaliação.

1. Cesta de testes.
 2. Discussões de grupo sem coordenador.
 3. Dramatização.
 4. Entrevistas comportamentais.
- () Pode envolver a preparação e o engajamento em uma reunião de clientes ou em uma reunião de líderes de equipe com os respectivos subordinados. Um avaliador treinado avalia o participante usando uma escala de avaliação estruturada.
- () É usado para simular uma situação-problema. Os participantes recebem vários documentos, cada um descrevendo algum problema ou situação que exija resposta imediata. Os candidatos são, assim, forçados a tomar decisões sob pressão de tempo e também a determinar qual é a prioridade em cada problema.
- () Realização de uma série de perguntas ao participante sobre como ele agiria em determinadas circunstâncias de trabalho.
- () Os participantes recebem pouca ou nenhuma instrução sobre como abordar o tópico e não são informados das decisões a que devem chegar. São avaliados quanto a iniciativa, habilidades de liderança e capacidade para trabalhar em grupo.

A sequência está correta em

- A) 1, 3, 2, 4.
- B) 3, 1, 4, 2.
- C) 2, 3, 4, 1.
- D) 3, 4, 2, 1.

CONCURSO PÚBLICO – PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NOS CARGOS DE OFICIAL E ANALISTA DO QUADRO PERMANENTE DOS SERVIÇOS AUXILIARES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Questão 36

Analise as afirmativas a seguir.

- I. Os valores destinados à aquisição de imóvel (prédio) para funcionamento de órgão público são classificados como despesas com investimentos, seguindo a mesma lógica da administração privada.
- II. Os recursos públicos, quando aplicados em instituições financeiras para obtenção de rendimentos são classificados como despesas correntes e os rendimentos auferidos como receita de capital.
- III. Entende-se por subvenções econômicas os valores destinados à manutenção das atividades de entidades públicas de caráter cultural sem fins lucrativos.

Assinale a alternativa correta.

- A) Todas as afirmativas são falsas.
- B) Apenas a afirmativa I é verdadeira.
- C) As afirmativas II e III são falsas; a afirmativa I é verdadeira.
- D) As afirmativas I e III são falsas; a afirmativa II é verdadeira.

Questão 37

Analise as afirmativas; marque V para as verdadeiras e F para as falsas.

- () Cabe ao Ministério Público dispor sobre a elaboração, a organização e a vigência do orçamento.
- () O Ministério Público tem autonomia para, por meio de ato próprio, dispor sobre critérios para a execução equitativa e procedimentos a serem adotados quando houver impedimentos legais e técnicos ao cumprimento de limitação das programações orçamentárias de caráter obrigatório.
- () Antes de serem enviados ao Poder Legislativo, os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias e ao orçamento anual têm de ser aprovados, por maioria simples, pelo Ministério Público.

A sequência está correta em

- A) F, F, F.
- B) V, F, F.
- C) F, V, V.
- D) V, V, V.

Questão 38

O Ministério Público tem autonomia funcional, administrativa e financeira. Trata-se de uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado e, por isso, no que tange ao orçamento de referida entidade, é correto afirmar que:

- A) O Poder Executivo não poderá proceder quaisquer ajustes na proposta orçamentária do Ministério Público, haja vista inexistência de amparo legal.
- B) Os atos relacionados à elaboração da proposta orçamentária do Ministério Público de Minas Gerais são de competência do Procurador-Geral de Justiça.
- C) Na elaboração de sua proposta orçamentária, o Ministério Público de Minas Gerais não se subordina aos limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias de iniciativa do Governador do Estado.

- D) A fim de preservar sua autonomia financeira, o Ministério Público deve encaminhar sua proposta orçamentária diretamente ao Poder Legislativo que, julgando necessário, promoverá a consolidação para fins de aprovação da Lei Orçamentária Anual.

Questão 39

Entende-se por ciclo orçamentário, a sequência de fases ou etapas que compõem o processo orçamentário. Corresponde ao período em que se processam as atividades típicas do orçamento público, desde sua concepção até a avaliação final. A respeito do ciclo orçamentário, analise as afirmativas a seguir.

- I. O orçamento público é uma lei ordinária de iniciativa do chefe do Poder Executivo, com vigência por tempo determinado, cuja estrutura e nível de detalhamento foram previamente definidos por uma outra lei ordinária relativa ao respectivo exercício financeiro, denominada Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- II. Quando da apreciação do Projeto de Lei Orçamentária, o Poder Legislativo não poderá efetuar quaisquer emendas, haja vista que o conhecimento inerente ao volume de recursos passíveis de ingressar nos cofres públicos, bem como as despesas a serem estimadas para o exercício financeiro subsequente são atribuições específicas do Poder Executivo.
- III. A partir do momento que a Lei Orçamentária e a Lei de Diretrizes Orçamentárias forem aprovadas pelo Poder Legislativo, torna-se possível elaborar o Plano Plurianual e estabelecer as metas de política fiscal, as quais devem ser consonantes com trajetória da dívida pública.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I.
- B) II.
- C) I e II.
- D) II e III.

Questão 40

Sobre o Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Nele deve estar contido o Balanço Orçamentário.
- B) O RREO do último bimestre do exercício deve estar acompanhado, também, de demonstrativo da variação patrimonial, evidenciando a alienação de ativos e a aplicação dos recursos dela decorrentes.
- C) A execução das receitas, por categoria econômica e fonte, bem como a execução das despesas, por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, por função e subfunção, devem integrar demonstrativo que compõem o RREO.
- D) A principal peça integrante do RREO é o quadro comparativo dos cancelamentos de empenhos e suas correlações com a frustração de receitas, especificando as medidas de combate à sonegação e à evasão fiscal, adotadas e a adotar, e as ações de fiscalização e cobranças promovidas pelo Ministério Público.

CONCURSO PÚBLICO – PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NOS CARGOS DE OFICIAL E ANALISTA DO QUADRO PERMANENTE DOS SERVIÇOS AUXILIARES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Questão 41

Quando se trata da ideia de controle da administração pública é comum tipificá-la a partir da diferença entre controle externo e controle interno. Esta tipificação parte de uma diferenciação das formas de controle sobre a administração pública, em que o controle externo seja efetuado por uma entidade externa à administração, que exerce atividades de vigilância, correção e orientação. De outro lado, o controle interno refere-se às práticas que a própria organização adota em relação a seus atos, sendo entendidas como o conjunto de ações, métodos, procedimentos e rotinas que visam preservar a integridade de seu patrimônio e a examinar a compatibilidade entre ações e princípios pactuados.

(República, democracia e desenvolvimento: contribuições ao Estado brasileiro contemporâneo – Ipea. Adaptado.)

Tendo o excerto finalidade motivacional, considere a importância de se compreender as políticas públicas no Estado brasileiro contemporâneo e assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Como um conceito formal, o controle da administração pública pode ser definido a partir dos preceitos administrativos, como o controle exercido pelo Estado sobre o governo e seus órgãos burocráticos.
- B) A diferenciação das formas de controle da administração pública em externo e interno surgiu no contexto de desenvolvimento das modernas burocracias, de acordo com preceitos organizacionais da administração pública racional, pautada mais pelos procedimentos que propriamente por concepções políticas.
- C) Uma forma de se enxergar o controle da administração pública contemporânea se dá pela necessidade urgente da valorização e da busca pela maximização do sistema de incentivos para obtenção de renda pela manipulação do ambiente social ou político no qual as atividades econômicas ocorrem, em vez de agregar valor aos produtos.
- D) A tipificação do controle externo e interno parte do fato de que a burocracia deve ser controlada com o intuito de evitar a ilegalidade da ação praticada pelos agentes públicos. O problema da ilegalidade constitui-se na fundamental questão do controle, com o intuito de evitar a arbitrariedade dos agentes públicos, tendo em vista os princípios da soberania do interesse público sobre o interesse privado e da indisponibilidade do interesse público.

Questão 42

O administrador público deve ter perfeita compreensão das providências a serem tomadas em relação às despesas regularmente empenhadas, do exercício atual ou anterior, mas não pagas até trinta e um de dezembro do exercício financeiro vigente. Considerando o exposto, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) As demais fases/estágios da execução de despesas inscritas em Restos a Pagar não processados ocorrerão no próximo exercício financeiro.
- B) Regra geral, a receita orçamentária que ampara o empenho da despesa orçamentária pertence ao exercício de sua arrecadação e serviu de base para a fixação da despesa orçamentária.

- C) Ao final de cada exercício financeiro, deve ser efetuado levantamento de todas as despesas orçamentárias empenhadas e ainda não pagas, as quais deverão, obrigatoriamente, ser inscritas em Restos a Pagar.
- D) Corroborando com a responsabilidade na gestão fiscal, as obrigações que não forem cumpridas integralmente dentro do exercício financeiro em que foram empenhadas devem ser honradas com recursos financeiros que ingressaram nos cofres públicos em exercícios anteriores à realização da despesa.

Questão 43

Analise as afirmativas a seguir.

- I. O Projeto de Lei Orçamentária Anual do Estado de Minas Gerais é resultante da compatibilização das propostas orçamentárias parciais do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Poder Executivo, do Tribunal de Contas do Estado, da Defensoria Pública Estadual e, também, do Ministério Público Estadual.
- II. O Ministério Público Estadual terá amplo acesso a todos os documentos necessários à emissão de laudo conclusivo sobre a capacidade real do Estado de arcar com os custos das propostas parciais dos orçamentos que darão origem à Lei Orçamentária Anual e, se for o caso, deverá promover os ajustes necessários ao equilíbrio entre as despesas e as receitas estimadas.
- III. As propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário do Estado de Minas Gerais serão elaboradas, respectivamente, pela Assembleia Legislativa e pelo Ministério Público Estadual.

Assinale a alternativa correta.

- A) Apenas a afirmativa II é verdadeira.
- B) Todas as afirmativas são verdadeiras.
- C) A afirmativa I é verdadeira, mas as afirmativas II e III possuem incorreções.
- D) A afirmativa III é verdadeira e as afirmativas I e II estão equivocadas.

Questão 44

Com base na legislação vigente, assinale a afirmativa correta.

- A) Conforme disposições literais da Lei de Acesso à Informação, é atribuição legalmente instituída e dever do Procurador-Geral de Justiça garantir o direito de acesso à informação.
- B) O Ministério Público não é órgão subordinado aos poderes instituídos, seja Executivo, Legislativo ou Judiciário. Por isso, sua subordinação à Lei de Acesso à Informação é facultativa.
- C) É dever do Ministério Público promover, somente quando lhe for requerido, a divulgação de informações de interesse privativo, por ele produzidas ou custodiadas, em local de fácil acesso público.
- D) A Lei de Acesso à Informação estabelece o direito de se obter informação produzida ou custodiada por pessoa física ou entidade privada decorrente de quaisquer vínculos com órgãos ou entidades da administração pública, mesmo que esse vínculo já tenha cessado.

CONCURSO PÚBLICO – PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NOS CARGOS DE OFICIAL E ANALISTA DO QUADRO PERMANENTE DOS SERVIÇOS AUXILIARES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Questão 45

Sobre receitas públicas, analise as afirmativas a seguir.

- I. As receitas derivadas legalmente instituídas pelas entidades de direito público deverão ser classificadas como Receitas Correntes.
- II. O administrador público deve estar ciente que as receitas públicas provenientes de constituição de dívidas legalmente autorizadas devem ser classificadas como receitas de capital e devem ser utilizadas para custeio das atividades da entidade arrecadadora.
- III. Do balanceamento de todas as receitas e despesas correntes pode resultar um *superavit* orçamentário, sendo, portanto, item de receita orçamentária.

Assinale a alternativa correta.

- A) Entende-se como receita derivada, os tributos, os quais deverão ser classificados como receitas correntes. Por isso, a afirmativa I é verdadeira.
- B) A afirmativa I está equivocada, pois receitas derivadas devem ser classificadas como receitas de capital. Por sua vez, as afirmativas II e III são verdadeiras.
- C) A afirmativa III é verdadeira, haja vista que a resultante do confronto de receitas e despesas orçamentárias será, indiscutivelmente, orçamentária.
- D) Receitas provenientes de constituição de dívidas devem ser utilizadas para custear as despesas correntes da entidade. Portanto, a afirmativa II é verdadeira.

Questão 46

Sobre os aspectos da democracia, da cidadania e da equidade social no Estado brasileiro contemporâneo, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () A presença de elementos democratizantes na sociedade civil brasileira, que tanto animou analistas e militantes a partir dos anos de 1980, não é algo natural nem obra do acaso. Ela reflete um histórico de investimentos por parte de organizações e atores em determinada forma de fazer política.
- () A desigualdade social no Brasil ainda é a marca de sua sociedade e um dos principais entraves para a construção de um país mais justo. Nesse sentido, as políticas públicas desempenham um papel fundamental em seu enfrentamento, tanto aquelas de cunho social quanto as de ordem econômica e de infraestrutura, aqui entendidas como não dicotômicas, concebidas pelas teorias do desenvolvimentismo.
- () A partir da participação social ou do controle social da gestão das políticas públicas, tem-se o reconhecimento da necessidade de o próprio Estado passar a incorporar, de forma ativa, a sociedade civil, conferindo novos espaços às modalidades emergentes de solidariedade social.

A sequência está correta em

- A) V, V, V.
- B) F, V, F.
- C) V, F, F.
- D) F, F, V.

Questão 47

Considerando as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) O Poder Legislativo não poderá fazer quaisquer reestimativas do montante das receitas previstas no projeto de Lei Orçamentária Anual, pois tal normativo é de iniciativa privativa do Poder Executivo.
- B) Na elaboração do orçamento público, faz-se necessário observar que a previsão de receitas orçamentárias oriundas de operações de crédito não pode ultrapassar ao montante fixado para as despesas de capital.
- C) Em que pese possíveis instabilidades econômicas e mudanças na condução de políticas, na previsão da receita orçamentária deverão ser considerados, também, efeitos da variação do índice de preços e do crescimento econômico.
- D) O Poder Executivo deve disponibilizar ao Ministério Público, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício financeiro subsequente, inclusive da Receita Corrente Líquida, e as respectivas memórias de cálculo utilizadas, em até trinta dias antes do prazo estipulado para que ele encaminhe sua proposta orçamentária.

Questão 48

Sobre as reformas administrativas e a redefinição do papel do Estado, analise as afirmativas a seguir.

- I. O movimento de reforma administrativa que se configurou no Brasil no pós-1930 se opunha, fundamentalmente, à nomeação de servidores públicos por critérios meritocráticos, em que pese esta representar um avanço na criação de um moderno e racional serviço público.
- II. A expansão do aparelho de Estado brasileiro correspondeu ao desenvolvimento da administração indireta: autarquias; fundações; sociedades de economia mista e empresas públicas. Isso se deu, sobretudo, a partir das décadas de 1930 e 1940. Esse processo ganhou impulso com a reforma administrativa de 1967, que, no âmbito do Decreto-Lei nº 200 de 1967, distinguiu as funções de direção das de execução, ficando as primeiras a cargo da administração direta e as segundas, da indireta.
- III. O Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado de 1995 identificou, no Decreto-Lei nº 200 de 1967, o início da “administração gerencial” e um “marco na tentativa de superação da rigidez burocrática”. Essa trajetória teria sido freada com a Constituição Federal de 1988, que teria contribuído para o engessamento, a burocratização e o encaucamento da máquina pública, sendo necessário, portanto, emendá-la. Nesse sentido, foi aprovada a Emenda Constitucional nº 19/1998.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) III, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) II e III, apenas.

CONCURSO PÚBLICO – PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NOS CARGOS DE OFICIAL E ANALISTA DO QUADRO PERMANENTE DOS SERVIÇOS AUXILIARES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Questão 49

A Lei nº 4.320/1964 estabelece normas de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos dos entes federativos, sendo de extrema importância para o dia a dia do administrador público. Considerando as disposições de referida normativa, assinale a afirmativa correta.

- A) Na elaboração do orçamento, o ente federativo deve zelar pela inclusão de todas as despesas próprias dos órgãos da administração direta e indireta.
- B) O orçamento público deve ser um único para todos os entes federativos. Nele deve conter a totalidade das receitas e das despesas programadas, inclusive todas aquelas oriundas de operações de crédito.
- C) As transferências de receitas que a União, em cumprimento de determinação constitucional ou legal, fizer para outros entes federativos, deverão ser registradas com despesas orçamentárias no ente transferidor e receita extraorçamentária no ente receptor.
- D) O valor desembolsado pelo contribuinte no pagamento de suas obrigações tributárias deve ser exatamente igual ao valor registrado nos cofres públicos, não sendo permitido que tarifas devidas às instituições financeiras arrecadoras pelo ente público, sejam previamente deduzidas.

Questão 50

Muitos dos processos conduzidos pela área de gestão de materiais são considerados como transversais em uma organização. Restringindo ao ambiente interno de uma organização pública, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Os clientes internos constituem a razão da existência e da estruturação da área de gestão de materiais. Eles exercem o papel de demandantes e de usuários de materiais na organização.
- B) O desenvolvimento e o emprego de sistemas informatizados de bancos de dados destinados à condução das atividades de administração de materiais ainda não são muito usuais no setor público brasileiro.
- C) A área orçamentária busca a provisão dos recursos necessários à aquisição de novos materiais. Sem a comprovação prévia da disponibilidade de recursos orçamentários, é vedada a condução de licitações em órgãos públicos. Compila, ainda, os dados de planejamento com vistas ao aporte de recursos para exercícios financeiros subsequentes.
- D) A área de recursos humanos é responsável por prover o ferramental humano à condução das tarefas de gestão de materiais. Em órgãos públicos, relaciona-se à verificação de necessidade de pessoal, ao planejamento de sua reposição (via concursos públicos), bem como à elaboração de cronogramas de treinamento e capacitação dos envolvidos, dentre outras tarefas.

ATENÇÃO



NÃO É PERMITIDA a anotação das respostas da prova em QUALQUER MEIO. O candidato flagrado nesta conduta poderá ser ELIMINADO do processo.

CONCURSO PÚBLICO – PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NOS CARGOS DE OFICIAL E ANALISTA DO QUADRO PERMANENTE DOS SERVIÇOS AUXILIARES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DISCURSIVA/REDAÇÃO

ORIENTAÇÕES GERAIS

- A Prova Discursiva é de caráter eliminatório e classificatório, constituída de texto dissertativo sobre tema da atualidade. Sendo avaliada na escala de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.
- A resposta à Prova Discursiva deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica de corpo transparente, de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas.
- A Prova Discursiva terá extensão mínima de 20 (vinte) linhas e máxima de 30 (trinta) linhas. Será penalizado o candidato que não obedecer aos limites de número de linhas definidos, havendo desconto de 0,2 (zero vírgula dois) ponto por linha aquém do mínimo estipulado.
- Será desconsiderado, para fins de avaliação, qualquer texto que exceda o máximo de linhas estipulado ou que seja escrito fora do formulário próprio fornecido.
- O candidato receberá nota zero na prova discursiva em casos de conteúdo versar sobre tema diverso do estabelecido, de não haver texto, de manuscruver em letra ilegível ou desenvolvida em forma de desenhos, números, versos, com espaçamento excessivo entre letras, palavras e parágrafos, bem como em códigos alheios à língua portuguesa escrita, ou em idioma diverso do Português, que não for redigida com caneta de tinta azul ou preta, cujo texto seja, no todo ou em parte, cópia, transcrição ou plágio de outro autor, bem como apresentar qualquer escrita, sinal, marca ou símbolo que possibilite a identificação.
- Por linha efetivamente escrita, entender-se-á a linha com no mínimo duas palavras completas, excetuando-se proposições, conjunções e artigos.
- A prova discursiva para todos os cargos abrangerá os seguintes itens de avaliação:

Aspectos Avaliados	Total de Pontos	Critérios de Avaliação
Argumentação e informatividade dentro do tema proposto – AI (originalidade, suficiência, correção, relevância e propriedade das informações).	6	De 0 a 1,5 – Ruim
		De 1,6 a 3 – Regular
		De 3,1 a 4,5 – Bom
		De 4,6 a 6 – Muito Bom
Coerência e Coesão – CC (organização adequada de parágrafos, continuidade e progressão de ideias, uso apropriado de articuladores).	6	De 0 a 1,5 – Ruim
		De 1,6 a 3 – Regular
		De 3,1 a 4,5 – Bom
		De 4,6 a 6 – Muito Bom
Morfossintaxe – M (emprego de pronomes, relação entre as palavras, concordância verbal e nominal, organização e estruturação dos períodos e orações, emprego dos tempos e modos verbais e colocação de pronome).	4	Desconto de 0,10 ponto por erro
Pontuação, acentuação e ortografia – PO.	4	Desconto de 0,10 ponto por erro
Valor total da Prova		20 pontos

Texto I

Segurança na internet: como agir para prevenir que crianças e adolescentes sejam vítimas de crimes virtuais?

Antes mesmo do início da pandemia de Covid-19 e do isolamento social, crianças e adolescentes já utilizavam diariamente aparelhos eletrônicos com livre acesso à *internet* e, conseqüentemente, às redes sociais. Após o início da pandemia, esse uso passou a ser mais intenso, pois esses ambientes virtuais se tornaram o principal âmbito de socialização e compartilhamento de informações.

Apesar de o artigo 227 da Constituição Federal vigente versar sobre o dever dos familiares, da sociedade e do Estado de assegurar às crianças e adolescentes direitos básicos e colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, o ambiente virtual ainda é um local pouco regulamentado. O cuidado extra que deveria vir das leis deve partir dos familiares, que podem orientar as crianças para um consumo consciente do meio virtual.

(O povo. 17 de novembro de 2021.)

CONCURSO PÚBLICO – PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NOS CARGOS DE OFICIAL E ANALISTA DO QUADRO PERMANENTE DOS SERVIÇOS AUXILIARES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Texto II

A geração atual de adolescentes cresceu com a oportunidade de usufruir diretamente da tecnologia que invadiu nossas casas e nossas vidas, principalmente no que tange à comunicação, se tornando de uso obrigatório no dia a dia.

Essa comunicação digital apresenta aspectos positivos e negativos. Ao mesmo tempo em que permite o acesso à informação, também expõe crianças e adolescentes à ação de criminosos na *internet*. Assim, a criação de conteúdo sensível armazenado pelos próprios adolescentes em seus celulares, *smartphones*, *notebooks* e *tablets*, acaba alcançando dimensões inesperadas e desastrosas quando compartilhados na rede.

A Constituição Federal, em seu Art. 5º, inciso X, declara que “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas”. Entretanto, como reparar esse dano diante de um mecanismo tão poderoso como a *internet*, que pode eternizar o compartilhamento de imagens e vídeos que degradam a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem de crianças e adolescentes vítimas de crimes virtuais, ainda mais diante de um terreno sem fronteiras, do ponto de vista tecnológico?

A sociedade e a comunidade possuem o dever de zelar pelo bem-estar e pela integridade física e moral desses jovens. É por isso, que, atualmente, se torna imprescindível a criação de mecanismos e de políticas que visem prevenir e coibir o compartilhamento de conteúdo de caráter sexual e íntimo na *internet*, a fim de evitar desfechos trágicos na vida de crianças e adolescentes.

(GONÇALVES, Priscila de Fátima. Disponível em: <https://www.fdsu.edu.br/arquivos/iniciacao-cientifica/anais-2014/artigos/20.pdf/>.)

Texto III

MPMG alerta: invasão de perfis no Instagram é um dos crimes cibernéticos de maior incidência neste início de 2022

Um crime cibernético tem chamando a atenção do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG) neste início de ano: a invasão de perfis na rede social Instagram. De acordo com levantamento bruto de dados realizado pela Coordenadoria Estadual de Combate aos Crimes Cibernéticos do MPMG (Coeciber), somente em janeiro de 2022 foram registradas 388 ocorrências de acessos indevidos seguidos de golpes para obtenção de valores no estado de Minas Gerais. Esse número é quase 4 vezes maior do que a média do segundo semestre de 2021, que foi de 104 casos por mês. “Este é um dos golpes cibernéticos de maior incidência neste início de ano”, diz o coordenador da Coeciber, promotor de Justiça Mauro Ellovitch.

(Disponível em: <https://www.mpmg.mp.br/portal/menu/comunicacao/noticias/mpmg-alerta-invasao-de-perfis-no-instagram-e-um-dos-crimes-ciberneticos-de-maior-incidencia-neste-inicio-de-2022-8A9480677DC8F680017ED8D030C670F7-00.shtml>.)

Texto IV



(Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2022/eleicoes-2022-periodo-eleitoral/campanha-nacional-alerta-pais-e-responsaveis-sobre-riscos-para-criancas-e-adolescentes-na-internet-como-pornografia-infantil-e-pedofilia>.)

Considerando os textos apresentados, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o tema:

“Prevenção e combate aos crimes cibernéticos contra crianças e adolescentes”.

CONCURSO PÚBLICO – PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NOS CARGOS DE OFICIAL E ANALISTA DO QUADRO PERMANENTE DOS SERVIÇOS AUXILIARES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

PROVA DISCURSIVA

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO







INSTRUÇÕES

O uso de máscara durante a realização da prova é facultativo. O álcool em gel se encontra disponível para o uso dos candidatos.

1. Somente será permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa.
2. É proibida, durante a realização das provas, o uso de óculos escuros, boné, chapéu, gorro, lenço, abafadores auriculares, tampões e/ou similares, fazer uso ou portar, mesmo que desligados, telefone celular, relógios de qualquer tipo, pulseiras magnéticas, agenda eletrônica, calculadora, *notebook*, *smartphone* ou similar, máquinas fotográficas, controle de alarme de carro, transmissor/receptor de mensagens de qualquer tipo ou qualquer outro equipamento eletrônico, qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos ou entre estes e pessoas estranhas, oralmente ou por escrito, bem como não será permitido o uso de notas, livros, anotações, régua de cálculo, códigos, manuais, impressos, manuscritos, códigos e/ou legislação ou qualquer outro material literário ou visual de consulta.
3. Com vistas à garantia da segurança e da integridade do certame, no dia da realização das provas escritas, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais na entrada e na saída dos sanitários. Excepcionalmente, poderão ser realizados, a qualquer tempo durante a realização das provas, outros procedimentos de vistoria além do descrito. Os candidatos com cabelos longos devem comparecer com os cabelos presos, deixando as orelhas à mostra.
4. O caderno de provas consta de 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha para todos os cargos e 1 (uma) prova discursiva na forma de desenvolvimento de uma redação do tipo dissertativo sobre tema da atualidade.
5. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o caderno de provas contém o número de questões previsto, se corresponde ao cargo a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Folha de Respostas (Gabarito) e na Folha de texto definitivo (prova discursiva) estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto ou, ainda, detenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao Fiscal de Aplicação.
6. As provas terão duração de 4h30min (quatro horas e trinta minutos) horas para todas as funções. Este período abrange a assinatura, assim como a transcrição das respostas para o Folha de Respostas (Gabarito) e na Folha de texto definitivo (prova discursiva).
7. As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 4 (quatro) alternativas (A a D) e uma única resposta correta. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, deverá devolver ao Fiscal de Aplicação o Folha de Respostas (Gabarito) e a Folha de texto definitivo (prova discursiva) devidamente assinado em local específico.
8. Os Fiscais de Aplicação não estão autorizados a emitir opinião e prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
9. Não é permitida a anotação de informações relativas às respostas (cópia de gabarito) no Cartão de Confirmação de Inscrição (CCI) ou em qualquer outro meio.
10. O candidato somente poderá se retirar do local de realização das provas escritas levando o caderno de provas no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato poderá se retirar do local de realização das provas somente decorridas 2 (duas) horas do início de realização das provas, contudo, não poderá levar o seu caderno de provas.
11. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso algum deles insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo Fiscal de Aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, assinado pelo candidato e testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo Fiscal de Aplicação da sala e pelo Coordenador da Unidade de provas, para posterior análise feita pela Comissão de Acompanhamento do Concurso Público.

RESULTADOS E RECURSOS

- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de 3 (três) dias úteis, a partir do dia subsequente ao da divulgação (terça-feira), em requerimento próprio disponibilizado no *link* correlato ao Concurso Público no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br.

- A interposição de recursos poderá ser feita via *Internet*, através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos, com acesso pelo candidato com o fornecimento de dados referente à inscrição do candidato, apenas no prazo recursal, ao Instituto Consulplan, conforme disposições contidas no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, no *link* correspondente ao Concurso Público.